

de A a Z

ANC

pag. 2

- 7 ABR 1987

os Constituintes

Alysson Paulinelli

Ex-ministro da Agricultura, estréia como deputado federal com 53 mil votos. Condena o atual plano de reforma agrária



Alysson Paulinelli (PFL-MG), 50 anos, engenheiro agrônomo, ex-ministro da Agricultura no governo Geisel, foi eleito pela primeira vez deputado federal com 53.438 votos. Casado, cinco filhos, ingressou na política quando exerceu a Secretaria da Agricultura de Minas Gerais, durante a gestão Rondon Pacheco. No ministério, executou uma política de atração de capitais externos para o setor agrícola, colocando à venda, sob a orientação do Incra, 1,4 milhão de hectares na Amazônia, adquiridos em grande parte por grupos estrangeiros.

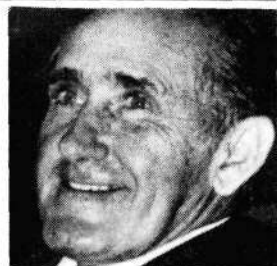
Hoje, ele é um dos principais críticos do plano de reforma agrária do governo Sarney, que qualifica de "balbúrdia agrária feita por incompetentes que não entendem do assunto e que ainda não demonstraram os seus verdadeiros objetivos". Paulinelli observa que o Brasil, em 500 anos de civilização, só conseguiu ocupar 1/4 do seu território (220 milhões de hectares) com culturas permanentes, pastagens, florestamento e reforestamentos. "Portanto, ainda temos para ocupar 633 milhões

de hectares. Por isso, não posso ver como positiva qualquer ação que venha tumultuar os 220 milhões de hectares já ocupados, bem ou mal. Seria uma imprudência." Considera, no entanto, a reforma, segundo sua própria filosofia, "absolutamente necessária".

Presidencialista convicto, por entender que o "Brasil não tem o nível de organização social mais estável nem partidos políticos profundamente arraigados a doutrinas, fatores essenciais ao parlamentarismo", ele defende um mandato presidencial de cinco anos, sem direito à reeleição. Quanto ao mandato de Sarney, Paulinelli acha que ele não terá condições "de continuar". As eleições, então, seriam convocadas para logo após a promulgação da nova Constituição. Acha que o papel das Forças Armadas deve ser mantido, admite que o aborto, "dependendo da causa da gravidez", possa a vir a ser autorizado, mas é contrário à sua simples legalização. Crítica a política atual em relação à dívida externa. Para ele, "negociação se faz com competência e não com bravatas".

Homero Santos

Em seu quinto mandato consecutivo, ocupa a primeira vice-presidência da Câmara. E favorável ao parlamentarismo



Homero Santos (PFL-MG), 56 anos, advogado, reeleito para o quinto mandato consecutivo com 45.731 votos, oriundos em grande parte do município de Uberlândia, seu tradicional reduto eleitoral. Vereador em Uberlândia (54 e 62) o deputado estadual (62 a 70) pelo antigo PSD, com a extinção dos partidos filiou-se à Arena e, ao PDS, exercendo a secretaria-geral do partido no período de 84 a 85, e, depois, ao PFL.

Ligado politicamente ao ministro Aureliano Chaves, ele é favorável à implantação do parlamentarismo, com eleição direta do presidente da República, para um mandato de seis anos. O sistema eleitoral seria distrital, segundo o modelo misto alemão, e o voto de desconfiança teria que ser aprovado por 2/3 do Congresso. Moderado, Homero acha que o Brasil tem que negociar um pagamento da dívida externa, "reaproximando-se da comunidade financeira internacional". Teme "as consequências do isolamento, que poderá significar a liquidação do País".

Pecuarista, está desenvolvendo uma proposta que pretende apresentar à Constituinte, determinando que nas áreas a serem desapropriadas "sejam criadas cooperativas ou associações capazes de gerir o plano" de reforma agrária. "Se não for assim não adianta", argumenta ele que defende o pagamento das desapropriações "em moeda corrente, para ser mais justo".

Homero acha que "tanto faz" manter o voto obrigatório, é favorável ao aborto "apenas nos casos de perigo de vida para a gestante" e defende a preservação do papel das Forças Armadas como está previsto na atual Constituição. Em relação aos setores da educação e Saúde, ele admite a necessidade de existir "a tutela do Estado".

Atualmente exercendo a 1ª vice-presidência da Câmara, por indicação do PFL, acha que a Aliança Democrática não existe mais no plano estadual, frisando, porém, que luta pela sua preservação no âmbito nacional: "Devemos prestigiar o presidente Sarney para que ele possa completar essa fase de transição".